



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/PE

Processo nº 08400.001754/2022-08

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP foi elaborado de acordo com o Art. 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia e do Art. 24 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. Após a desocupação do terreno da antiga Sede da Polícia Federal em Pernambuco, ocorreram seis acionamentos de sobreaviso em um lapso de apenas sete dias, em razão de invasão de pessoas para realização de pequenos furtos no local. Diante da situação, objetivando evitar um mal maior, com a invasão do prédio ou escalada dos furtos e danos no patrimônio da União, sugere-se a contratação de serviço de segurança patrimonial com 02 (dois) cães treinados para tanto, conforme ocorre em diversas obras na cidade, com valor estimado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, sem qualquer custo adicional, trazendo assim economicidade, na medida em que o custo de um posto de vigilante, conforme contrato em vigor, custa ao menos cinco vezes mais do que o valor ora estimado. Cães de guarda é uma excelente opção para se aumentar a segurança em condomínios, pátios, indústrias, transportadoras, depósitos, construções e residências. Os cães de guarda recebem treinamentos específicos para atuarem de forma ativa nas atividades de segurança patrimonial. A simples presença de cães de guarda em um estabelecimento já intimida a ação de bandidos. Cães possuem olfato e visões super apurados e isso facilita a antecipação de situações de risco. Quando existe algum movimento suspeito e/ou diferente no local, os cães conseguem identificar com agilidade, alertando a equipe de segurança responsável. Cães de guarda podem andar até 60 km por dia, sem cansar. Isso também aumenta a tranquilidade de quem conta com esse tipo de serviço que é ideal para residências e locais que possuem amplas áreas para serem protegidas.



3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

3.1 A empresa responsável pelos animais deve atender aos seguintes requisitos:

- Visitas periódicas ao veterinário;
- Vacinação em dia;
- Proteção contra pulgas, carrapatos e Leishmaniose;
- Banhos, escovação, alimentação e recreação dos animais.

Não serão admitidas condutas incompatíveis com a legislação em vigor (Lei 9.605/95), tais como maus tratos:

Art. 32. Praticar ato de abuso, **maus-tratos**, ferir ou mutilar **animais** silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 3.1. Há vários prestadores desse tipo de serviço no mercado local.
- 3.2. No que tange a média de preços, foram coletadas propostas de preços no mercado local, a fim de refletir a realidade praticada na Região Metropolitana do Recife-PE. Após consulta a ferramentas de busca de preços públicos, não foram encontrados serviços compatíveis com o pretendido.
- 3.3. Verificou-se que a contratação é realmente mais viável, por exemplo, do que adicionar mais um posto de vigilância no local.

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 4.1. A solução escolhida pela Administração foi a contratação de empresa para o fornecimento de cães de guarda.

5. **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

Considerando a área atual da Sede da SR/PF/PE;

Considerando que apenas um cão para fazer a segurança de todo perímetro aumenta o risco de tentativas de inibição do animal (ex.: envenenamentos);

Verifica-se que **2 (dois) cães** atende plenamente a necessidade de segurança do terreno da SR/PF/PE.

6. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

- 6.1. A estimativa final do valor da contratação será definida após a conclusão da pesquisa de mercado, no Mapa de Preços.

7. **JUSTIFICATIVA PARA OU (NÃO) PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

- 7.1. Conforme o § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993, as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- 7.2. No presente caso, verificou-se mais vantajoso para a Administração a contratação por item, por ser mais viável tecnicamente e economicamente, permitindo maior competitividade e não gerando prejuízo por perda de escala.

8. **PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

- 8.1. A contratação em tela está alinhada ao Planejamento Estratégico 2022 da Polícia Federal, conforme item 9.2.7. da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010: Ação Estratégica: Racionalização da Gestão Logística: “Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de racionalização da logística policial, inventariando, padronizando e racionalizando os bens e materiais de consumo, operacional e permanente, fornecendo aos servidores envolvidos no processo e treinamento e capacitação adequados”.

9. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

- 9.1. Promover a segurança das instalações e dos bens da União.

10. **NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. Em razão do pequeno valor da contratação, julga-se adequada a opção do órgão pela contratação direta, justificada pelos seguintes motivos:

Art. 75. É dispensável a licitação (Lei 14.133/2021):

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021, Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 4º Os órgãos e entidades **adotarão** a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

11. **SUSTENTABILIDADE**

11.1. Os requisitos de sustentabilidade foram especificados no Item 3.

12. **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.**

12.1. A contratação visa garantir a incolumidade do patrimônio público, diante de tentativas recentes de furto;

12.2. Assim, a contratação descrita nos autos torna-se de fundamental importância ao andamento satisfatório das atividades da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco e se faz imprescindível.

Recife-PE, 11 de abril de 2022.

ALEXANDRE LUIZ ROLLO ALVES

Delegado de Policial Federal

Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado

MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS

Agente de Policial Federal

Membro da Equipe de Planejamento

DESPACHO

Após a desocupação do terreno da antiga Sede da Polícia Federal em Pernambuco, ocorreram seis acionamentos de sobreaviso em um lapso de apenas sete dias, em razão de invasão de pessoas para realização de pequenos furtos no local. Diante da situação, objetivando evitar um mal maior, com a invasão do prédio ou escalada dos furtos e danos no patrimônio da União, sugere-se a contratação de serviço de segurança patrimonial com 02 (dois) cães treinados para tanto, conforme ocorre em diversas obras na cidade, com valor

estimado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, sem qualquer custo adicional, trazendo assim economicidade, na medida em que o custo de um posto de vigilante, conforme contrato em vigor, custa ao menos cinco vezes mais do que o valor ora estimado. Diante disso, **APROVO** o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme o disposto, do Art. 24 da Instrução Normativa nº 40 de 30 de Junho de 2020 que dispõe sobre aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital e **JUSTIFICO** a necessidade do serviço para atender às necessidades da Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE).

DANIEL GRANGEIRO DE SOUZA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional em Pernambuco



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS, Pregoeiro(a)**, em 11/04/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL SILVESTRE DE LIMA, Delegado(a) Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado**, em 11/04/2022, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22836439** e o código CRC **13FC9392**.